

Maria Clarisse Vieira  
**Universidade de Brasília (UnB)**  
Brasília, Brasil

### **Resumo**

Este artigo apresenta experiência desenvolvida entre movimento popular e a Faculdade de Educação da Universidade de Brasília no Distrito Federal –Brasil, durante o contexto pandêmico. O texto visa a identificar os desafios vivenciados por educandos (as) para levarem adiante o direito à aprendizagem e à vida, em um cenário de ensino remoto e isolamento social. Para tanto, o texto dialoga com as contribuições de Paulo Freire, com a teoria crítica formulada por Walter Benjamin e com autores da área de Educação de Jovens e Adultos. O estudo de natureza qualitativa contempla análise de entrevistas e questionário realizada com alfabetizandos da educação popular. O artigo aponta desafios enfrentados por estes sujeitos e indica a educação popular como lócus de resistência e de superação de situações-limites, por meio da criação de inéditos viáveis em tempos incertos.

**Palavras-chave:** Educação de jovens e Adultos, Educação Popular, Covid-19

### **Abstract:**

This article presents the experience carried out between popular movement and the Education College of the University of Brasília in the Federal District – Brazil, during the pandemic. The article aims to identify the challenges faced by students to carry on the right to learning and life, in a context of remote teaching and social isolation. With that in mind, the text dialogues with the contributions of Paulo Freire, the critical theory formulated by Walter Benjamin, and with authors in the field of adult and youth education. The qualitative study includes analysis of interviews and a questionnaire carried out with adult literacy students from popular education. The article highlights the challenges faced by these subjects and indicates popular education as a locus of resistance, enabling the overcoming of limiting situations due to the creation of untested feasibility in uncertain times.

**Keywords:** Adult and Youth Education, Popular Education, Covid-19

## **Introdução**

Em 2020, o mundo foi surpreendido com o surgimento e disseminação da pandemia COVID-19. De forma repentina, todos os países foram imersos em uma pandemia provocada por um vírus altamente contagioso e letal. A necessidade de isolamento social restringiu a livre circulação de pessoas nas cidades, levando ao fechamento de fronteiras, na maior parte dos países.

A letalidade da COVID-19 foi uma das maiores preocupações da população mundial nos anos de 2020 e 2021, sobretudo no período que antecedeu a produção e distribuição das vacinas. No Brasil, bem como no mundo todo, a pandemia ceifou muitas vidas. Até dezembro de 2022 os números oficiais registravam mais de 690 mil mortes (Brasil, 2022). Importante mencionar a crise vivenciada na saúde pública, consubstanciada no colapso de hospitais e na disseminação de uma cultura negacionista, responsável por situar o Brasil, como o segundo país com mais mortes por Covid-19 no mundo, apenas atrás dos EUA.

É possível afirmar que na experiência brasileira, as desigualdades anteriormente existentes, contribuíram para que a pandemia exacerbasse as crises de ordem social, política, econômica, ecológica, da educação, dentre outras. Esta afirmação se encaixa na realidade da educação de jovens e adultos (EJA), principalmente, se considerarmos que desde 2016, esta área vinha sofrendo um retrocesso em seu investimento com impacto significativo no financiamento, o que fragilizou a garantia do acesso e permanência à educação escolar. Era previsível, portanto, que com o advento da pandemia, estas desigualdades acabassem afetando o cotidiano e o processo de ensino-aprendizagem de educandos e de toda a comunidade escolar, o que fez emergir “questionamentos sobre a viabilidade das aulas remotas, o trabalho docente, a qualidade do ensino, os métodos e os instrumentos didáticos e os determinantes socioeconômicos que poderiam influenciar a aprendizagem” (Lopes; Vieira, 2022, p.2).

Tendo em conta estas dificuldades, o Projeto Paranoá-Itapoã, vinculado ao Grupo de Ensino-Pesquisa-Extensão em Educação Popular e Estudos Filosóficos e Histórico-Culturais (GENPEX), da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília (UnB) e ao Centro de Cultura e Desenvolvimento do Paranoá (CEDEP) se desafiou a contribuir com educandos em processo de alfabetização a fim de garantir a continuidade do seu processo de aprendizagem durante o período da pandemia. É objetivo deste artigo analisar esta experiência, a fim de identificar os desafios vivenciados por educandos (as) do projeto para

levarem a cabo sua luta pelo direito à aprendizagem e à vida, no contexto de ensino remoto. Para tanto este artigo apresenta um recorte de pesquisa mais ampla realizada nos anos de 2021 e 2022<sup>1</sup>. O artigo baseia-se nas contribuições de Santos (2020) e na teoria crítica formulada por Walter Benjamin que dialogam com a pedagogia do oprimido, proposta por Paulo Freire (1987), dentre outros. O texto está organizado em 3 partes. Na primeira parte apresenta-se o cenário mais recente das políticas educativas de EJA, com base nas políticas públicas empreendidas nos últimos anos e nos desafios encetados com a eclosão da Covid-19. Em seguida, descreve-se de forma breve a trajetória do projeto Paranoá-Itapoã, caracterizando algumas ações desenvolvidas durante o período da pandemia. Por último, apresentam-se, com base na análise de extratos de entrevistas e questionário realizado com os educandos do Projeto Paranoá-Itapoã, reflexões sobre os percursos sinuosos vividos na pandemia e as ações promovidas pelo CEDEP no período.

### **Educação de Jovens e Adultos em cenários de pandemia e discontinuidades nas políticas educativas**

Dialogar sobre a trajetória da EJA na perspectiva da educação popular demanda o reconhecimento de que esta é uma proposta com acúmulo próprio que parte “de la acción intencionada en grupos sociales populares para convertirla en una actuación intencionadamente política en la sociedad para transformar y proponer alternativas educativas y sociales desde los intereses de los grupos populares (Jiménez, 2014, p.3) . Assim como Paulo Freire, compreendemos que a educação popular é a educação dos oprimidos, uma educação voltada aos inéditos-viáveis mobilizados pelas classes populares. A EJA atende jovens e adultos que, não tendo tido o acesso e/ou permanência na escola, em idade que lhes era de direito, retornam à escola, buscando complementar ou dar prosseguimento à escolaridade. Nessa perspectiva, a EJA lida com sujeitos portadores de trajetórias escolares truncadas e que se encontram enredados em teias mais amplas de vulnerabilidade social. Esses sujeitos, ao mesmo tempo em que vivenciam processos de exclusão social, materializados em processos de segregação cultural, espacial, étnica e econômica, experimentam, cotidianamente, o abalo de seu sentimento de pertença social e o bloqueio de perspectivas de futuro social.

Vivemos um tempo marcado por políticas que contribuem para o aprofundamento das desigualdades que marcam a vida dos sujeitos que pertencem às camadas populares,

dentre eles os sujeitos da Educação de Jovens e adultos. No Brasil, dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (PNAD) do ano de 2019, publicados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostram que a despeito de ter crescido o número de pessoas acima de 25 anos com ensino médio completo “passando de 45,0% em 2016 para 47,4% em 2018 e 48,8% em 2019, mais da metade (51,2% ou 69,5 milhões) dos adultos não concluíram essa etapa educacional” (IBGE, 2019). Esta pesquisa também mostra a existência de 11 milhões de pessoas que não sabem ler e escrever, o que corresponde a 6,6% da população acima de 15 anos ou mais.

A despeito da ascendência destes dados, desde o ano de 2010, as matrículas da EJA vêm sofrendo uma retração significativa em sua oferta, intensificada, após o golpe parlamentar que destituiu a presidenta Dilma, em 2016. Assim, os dados do censo escolar revelam um constante movimento de queda referente ao número de matrículas entre os anos de 2013, com 3.830.207, a 2020 com 3.002.749 matriculados, caindo para 2.962.322 estudantes, em 2021, somando-se Ensino Fundamental e Médio.

O clima de instabilidade política instaurado nesse período, trouxe muitos desafios ao campo educacional. No âmbito dos recursos financeiro, houve o fim da destinação do fundo social do Pré-sal para a educação e, por meio da emenda constitucional n. 95, o congelamento dos gastos públicos por um período de 20 anos, o que afetou de forma contundente a educação pública.

Neste diapasão, foram aprovadas uma série de propostas de emendas constitucionais (PEC) que deram vazão às reformas da previdência e do trabalho. Ainda há que se mencionar, a implantação da Base Nacional Curricular comum (BNCC) e a Reforma do Ensino Médio que no seu conjunto, têm trazido muitas alterações na educação brasileira.

Em 2018, em meio a intensa polarização política, ocorre a eleição de Jair Messias Bolsonaro, à presidência da república, candidato que adotou um discurso filiado à extrema-direita. Logo no início do seu mandato, houve o fechamento da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), no qual desde 2004 se encontrava a Diretoria de Políticas de EJA, cujas funções foram realocadas inicialmente entre a Secretarias de Educação Básica (SEB) e de Alfabetização (SEALF) e, posteriormente na Coordenação de Geral de Educação de Jovens e Adultos (COEJA), vinculada a SEB. Nesta seqüência, meses depois foi dissolvida a Comissão Nacional de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos (CNAEJA), que era formada por representantes de movimentos sociais e

da sociedade civil, e se constituía em importante mecanismo para o desenvolvimento de políticas de EJA. Ainda vale mencionar que programas anteriormente criados no governo de Luiz Inácio Lula da Silva, como o Programa Nacional de Jovens – (Projovem) e Programa Brasil Alfabetizado, embora não tenham sido extintos, foram esvaziados pela falta de investimento financeiro. Assim, observou-se no campo da EJA um processo de desarticulação institucional, que levou ao fechamento de escolas e turmas de EJA em âmbito nacional.

As reflexões realizadas por Boaventura Santos (2020) no livro “A cruel pedagogia do vírus”, nos ajudam a compreender esta conjuntura. Segundo ele, desde a década de 1980, com a implementação de políticas neoliberais, vive-se uma crise permanente, em diversos setores sociais. No entanto, para este autor, a ideia de um crise permanente é um oxímoro, pois em si, a palavra crise carrega em si a premissa de algo passageiro. Não obstante, quando a crise se torna permanente abre-se precedentes para justificar os cortes nos setores sociais, como saúde, educação, previdência social ou até mesmo a aceitação passiva da degradação dos salários (Santos, 2020). É neste contexto, que a chegada da Covid -19 ocorreu, somando-se ao caos e às incertezas instaladas em nível mundial, a luta pelo direito à aprendizagem e à vida dos sujeitos da EJA.

No âmbito educacional, no Brasil, a crise envolveu a suspensão temporária das aulas em escolas e universidades, em virtude da necessidade de adaptação ao contexto de ensino remoto, como forma de conter a disseminação do vírus. Neste diapasão, o Distrito Federal foi uma das primeiras unidades da federação brasileira a exarar decreto que interrompia as atividades escolares, alterando a rotina de mais de 460 mil estudantes da rede pública e suas famílias. Em seguida, em âmbito federal, a Medida Provisória no 934 - transformada em Lei de no 14.040 – tornou flexível a observância dos 200 dias letivos, previstos pela legislação, considerando a situação emergencial de saúde pública, e recomendou formas alternativas para compensar a carga horária o que se concretizou pela regulamentação da Portaria no 343 do Ministério da Educação que determinou, em caráter excepcional, o uso de tecnologias e plataformas digitais para garantir a continuidade do trabalho pedagógico (Distrito Federal, 2020).

De acordo com Nicodemos (2020) a crise sanitária revelou o aprofundamento do descaso das elites econômicas e políticas em relação aos trabalhadores, principalmente os

mais empobrecidos. Segundo esta autora, à invisibilização destes sujeitos nas políticas públicas desenvolvidas no combate à Covid-19, agregou-se ao sucateamento nas políticas educacionais e de EJA. Estudo realizado pelo Observatório dos Direitos Humanos (2020) sobre o impacto da COVID-19 em comunidades de baixa renda mostrou o quanto estes segmentos se encontravam mais suscetíveis à infecção e à morte pelo vírus, além de serem os mais impactados economicamente pela pandemia. Na visão de Santos (2020) esta realidade configura a prática do “darwinismo social”, uma vez que escancara as desigualdades referentes às políticas de prevenção e contenção do vírus e a condição de vulnerabilidade em que se encontram determinados grupos da população. Em direção semelhante Lopes e Vieira (2022, p.4) assinalam que:

O desemprego, a informalidade, a falta de uma infraestrutura sanitária adequada, problemas sociais estruturais com os quais convivemos há um longo tempo tendem a agravar-se em decorrência dos abalos econômicos, o que torna alguns agrupamentos particularmente mais frágeis às mudanças, dos quais fazem parte os educandos da EJA, que pagam um alto preço pela derrocada financeira do Estado.

Nesta perspectiva, a crise sanitária agravou problemas sociais já existentes em nossa sociedade. Com a necessidade de isolamento social e o fechamento das escolas, a proposta de ensino remoto se tornou a alternativa possível ao ensino presencial. Escolas, universidades e diversas organizações tiveram que se adaptar a esta realidade. No distrito federal, os trabalhos presenciais realizados de forma comunitária pela educação popular foram momentaneamente suspensos ao longo de 2020, e substituídos pelo ensino remoto, por meio de recursos como whatsapp e outras plataformas. Este artigo analisa a experiência do Projeto Paranoá-Itapõa de alfabetização de jovens e adultos realizado por meio da parceria entre o Centro de Cultura e Desenvolvimento do Paranoá (CEDEP) e a Faculdade de Educação da Universidade de Brasília no Distrito Federal – Brasil. Busca identificar os desafios vivenciados por educandos (as) para levarem adiante a luta pelo direito à aprendizagem e à vida, em um contexto de ensino remoto e isolamento social. No entanto, antes de adentrar no âmbito da pesquisa, contextualizaremos de forma breve, um pouco da história da parceria do CEDEP com a Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, na alfabetização de jovens e adultos e na formação de educadores populares.

### **Singularidades da parceria entre UNB e CEDEP: reflexões sobre educação de jovens e adultos na capital federal**

A educação de jovens e adultos se conecta à educação popular, definida, conforme Gadotti (2007), como tradução das lutas do povo oprimido, dos movimentos sociais, que

clamam por melhores condições de vida e trabalho e que buscam a dissolução das desigualdades. Tendo em vista esta compreensão da história dos oprimidos, analisar a ação protagonista dos movimentos populares neste momento, nos sintoniza com a concepção de Paulo Freire quando este afirma a importância da utopia. Segundo ele:

Não há utopia verdadeira fora da tensão entre a denúncia de um presente tornando-se cada vez mais intolerável e o anúncio de um futuro a ser criado, construído, política, estética e eticamente, por nós, mulheres e homens. A utopia implica essa denúncia e esse anúncio, mas não deixa esgotar-se a tensão entre ambos quando da produção do futuro antes anunciado e agora um novo presente. A nova experiência de sonho se instaura, na medida mesma em que a história não se imobiliza, não morre. Pelo contrário, continua (Freire, 1992, p. 91-92)

Esta leitura de Freire nos aproxima do pensamento de Walter Benjamin, quando este afirma que a história é perpassada pelas ações dos grupos dominantes, os quais constroem relações de poder que incluem as dimensões políticas e econômicas, não obstante não se reduzam a essas dimensões. A este respeito, Gagnebin (1987, p.13) assinala um dos mais profundos apontamentos extraídos da tese XVI sobre a história de Walter Benjamin, ao afirmar que para ele a “continuidade da história é a dos opressores” e “a história dos oprimidos é uma descontinuidade”. Assim, Benjamin, conclama que a história seja escrita a contrapelo, ou seja, do ponto de vista dos vencidos, de modo a “identificar-se com ‘os danados da terra’, os que jazem sob as rodas desses carros majestosos e magníficos chamado civilização e progresso” (Löwi, 2002, p.6).

A trajetória do Projeto Paranoá Itapoã pode ser compreendida na acepção da história dos oprimidos, como história aberta aos inéditos viáveis. O Projeto Paranoá- Itapoã faz parte da continuidade da ação educativa que o GENPEX/FE/UnB mantém desde 1986 com o Movimento Popular do Paranoá, inicialmente, com a Associação de Moradores do Paranoá e, de 1987 até os dias atuais, com o CEDEP. Dessa parceria surge, em 1985, o Projeto de Alfabetização e Formação em Processo de Alfabetizadoras(es) populares de Jovens e Adultos do Paranoá, mais conhecido como Projeto Paranoá- Itapoã. (Reis, 2011).

O Projeto Paranoá-Itapoã tem suas origens relacionadas ao movimento de ocupação da Região administrativa do Paranoá, iniciado com a construção da capital Federal, quando brasileiros oriundos de diversas regiões do País migraram para essa região e iniciaram um processo de luta pela moradia e fixação. A luta em prol da posse definitiva da terra estrutura-se e torna-se sistematizada, a partir final dos anos 1970 e início dos anos 1980, por meio da mobilização de um grupo de jovens, ligados à igreja católica, que iniciam um

trabalho político pastoral de conscientização da comunidade. Este grupo se organiza em uma associação de moradores e passa a pressionar, de forma mais efetiva, o poder público pela fixação da população e o fornecimento de serviços básicos, como educação, saúde, água, luz, esgoto, segurança e transporte (Reis, 2011).

É neste contexto, que percebem a educação de adultos, como forma de fortalecer a luta e fixação da população na cidade, visto que a maioria dos moradores não era alfabetizada. Inicialmente, procurou-se apoio da igreja católica local. Mas para que o trabalho se expandisse, necessitavam de apoio pedagógico. Como naquele momento esse apoio era negado pelo Estado, eles foram buscá-lo, em 1986, na Faculdade de Educação da Universidade de Brasília (FE/UNB). Desde então, a FE/UNB desenvolve em parceria com o Movimento Popular, por meio do CEDEP, um trabalho educativo voltado à Educação e formação de educadores/as de Jovens e Adultos na Região administrativa do Paranoá/Itapoã (Reis, 2011).

O objetivo da cooperação GENPEX/FE/UnB e CEDEP é contribuir pedagogicamente com o processo de alfabetização e formação de alfabetizadores de jovens e adultos do Paranoá e Itapoã e, também, com o processo de formação dos (as) pedagogos(as) e demais licenciados da Universidade de Brasília. O GENPEX agrega em sua composição estudantes de graduação em Pedagogia, mestrado e doutorado em educação, professores e servidores da Secretaria de Educação do DF, e outros membros pesquisadores da Universidade de Brasília e outras instituições de nível superior.

O CEDEP mantém desde 2018 uma parceria com o Movimento de Educação de Base (MEB). Além da formação de educadoras, realizada de forma conjunta com o CEDEP e UnB, o MEB se responsabiliza pelo pagamento de bolsas a algumas educadoras populares. Essas educadoras, na realidade do Projeto Paranoá-Itapoã, são pessoas pertencentes à comunidade que se disponibilizam a ensinar ler e escrever outros moradores em seu processo de alfabetização. Algumas alfabetizadoras não têm a formação acadêmica em licenciatura. Outras, já concluíram sua graduação ou ainda estão cursando, conforme estudo realizado por Vieira e Pinto (2018).

O MEB é um movimento vinculado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB, que atua desde o final dos anos 50 com educação popular, em diversos estados do Brasil. Foi um dos poucos movimentos populares que conseguiu sobreviver a ditadura civil-militar, instaurada em 31 de março de 1964. Resiste, portanto, até hoje e continua apoiando



movimentos populares como os desenvolvidos pelo CEDEP. Além de atuar em diferentes estados da federação, o MEB realiza ações de capacitação, no contexto da educação popular, com inspiração na metodologia desenvolvida por Paulo Freire. Até 2022, a bolsa consistia de um valor de R\$ 400,00, para o trabalho em sala de aula, de 3 horas, de segunda a quinta-feira e a participação às sextas-feiras ou sábados nos encontros de formação de educadores/as populares, realizados pelos integrantes/pesquisadores do GENPEX e/ou pela equipe do MEB. agentes de educação de base no Distrito Federal

A parceria entre UnB e CEDEP tem como foco a formação inicial e continuada dos educadores, bem como a alfabetização de pessoas jovens e adultas realizada por educadoras, oriundas da própria comunidade. Graduandos e educadores populares trabalham conjuntamente na constituição de sua identidade profissional e concebem de forma conjunta processo formativo, com base nos pressupostos da educação popular.

Os educandos que frequentam as turmas do projeto de alfabetização Paranoá - Itapoã têm uma trajetória marcada pela exclusão escolar, pois quando crianças e adolescentes tiveram seus direitos a educação negados. São pessoas pertencentes às camadas populares e retomam seu processo de escolarização/educação de forma tardia porque reconhecem a importância da alfabetização e da escolarização nas suas relações sociais. Eles encontram no movimento popular espaço onde são acolhidos como seres humanos. Dentro deste contexto, a educação popular apresenta-se como proposta de educação que faz sentido para estas pessoas, pois além de se alfabetizarem, debatem e buscam soluções conjuntas para os problemas vividos por sua comunidade (Reis, 2011).

#### **A luta pelo direito à vida e à aprendizagem: vozes dos educandos da educação popular**

Considerando o agravamento das condições de vida ao longo da pandemia, principalmente para sujeitos pertencentes às classes trabalhadoras, propomo-nos neste item, identificar alguns desafios vivenciados por educandos (as) do Projeto Paranoá-Itapoã para levarem adiante a luta pelo direito à aprendizagem e à vida, em um contexto de ensino remoto e isolamento social. Reconhecemos que se trata de uma tarefa (in)conclusiva e desafiadora analisar fenômenos do tempo presente, no entanto, o registro das vozes dos educandos nos aproxima da proposta de percepção qualitativa da temporalidade proposta por Benjamim, que é “fundada, de um lado, na rememoração, de outro, na ruptura messiânica/revolucionária da continuidade” (Löwi, 2002, p.6).

Tendo em vista estes desafios, optamos por uma abordagem qualitativa de pesquisa por se tratar de uma perspectiva apropriada aos estudos das ciências sociais, que permite o estudo da experiência social, principalmente por adequar-se aos “produtos das interpretações que os humanos fazem durante suas vidas, da forma como constroem seus artefatos materiais e a si mesmos, sentem e pensam” (Minayo, 2008, p. 57). Adotamos como método a pesquisa-ação com foco na perspectiva histórico-cultural por entender a práxis como sendo fundamental para a construção de um processo educativo real concreto e significativo para a formação de um sujeito de amor, poder e saber (Vieira, Reis, Sobral 2015).

A opção pela pesquisa-ação parte ainda da necessidade de superar pesquisas que se limitam a uma perspectiva diagnóstica e descritiva. Tal como Thiollent, concebemos a pesquisa-ação como um tipo de metodologia de pesquisa social com base empírica, concebida e realizada em estreita associação com uma ação “ou com uma resolução de um problema coletivo, e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo” (Thiollent, 1985, p. 14). Para este autor a pesquisa-ação não é constituída apenas pelo caráter participativo, mas inclui uma dimensão de produção de conhecimento, que pode ser útil não apenas para a coletividade considerada na investigação, mas para um público mais amplo.

Os dados aqui analisados têm como base extratos de entrevista grupal realizada virtualmente com cinco educandos do projeto por meio da plataforma Google Meet, além de questionário aplicado a 22 educandos que abordava aspectos da vida social, educativa, política e econômica ao longo da pandemia. Devido ao contexto de isolamento social, o questionário foi realizado por meio de ligação telefônica, pois muitos dos educandos estavam em processo de alfabetização, o que dificultava o preenchimento de formulários online, comumente enviados por correio eletrônico ou outras mídias<sup>ii</sup>.

Durante o período da pesquisa empírica, realizado no primeiro semestre de 2022, o CEDEP atendia 103 educandos em seis turmas. Dado o contexto emergencial, duas turmas funcionavam presencialmente na residência das educadoras, enquanto outras três ocorriam em espaços comunitários, manejando tanto atendimento presencial quanto atividades remotas síncronas. Havia também uma turma de preparação para o Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja), realizada de forma remota pela plataforma Google meet.

Considerando que a luta pela ampliação do direito à educação implica reconhecer quem são os educandos que frequentam e demandam estes espaços educativos, é possível identificar particularidades que perfilam as características destes sujeitos que vão além das referências ao pertencimento etário e às fases da vida, agregando outras especificidades que justificam, inclusive, a permanência desta modalidade educativa. Um primeiro olhar sobre o perfil dos educandos participantes da pesquisa revela que dos 22 respondentes, 9 são homens, o que equivale a 40,9% do total; já as mulheres, 13 respondentes, representam 59,1% do total. Em relação à sua origem a maioria, são oriundos de estados da região Nordeste, sendo: 6 da Bahia; 1 de Brasília; 1 do Ceará; 2 de Goiás; 2 do Maranhão; 6 de Minas Gerais; 1 de Pernambuco; e 2 do Piauí.

Ao serem perguntados sobre os impactos da pandemia de COVID-19 em suas vidas, alguns educandos assim se manifestam:

*(...) Eu e meu marido pegamos covid e até hoje não recuperamos totalmente, fomos para o hospital. Passamos para minha filha, para o marido. Ficamos bem ruins. (educanda do Projeto Paranoá-Itapoã).*

*(...) Para mim foi bem tranquilo na questão financeira, eu moro sozinho e ainda consegui o auxílio emergencial. A questão difícil foi dos laços com a família, as interações, as amizades. (educando do Projeto Paranoá-Itapoã).*

*(...) Olha, eu estava estudando, mas aí com a pandemia, eu parei de estudar (...). eu falei: agora vou ficar sem trabalhar, sem estudar, mas graças a Deus trabalho não faltou (educando do Projeto Paranoá-Itapoã)*

Os relatos acima revelam que a vida dos educandos foi impactada em diversas áreas, com ênfase nos aspectos da saúde, econômico e social. Em virtude da necessidade de sobrevivência familiar, muitos não puderam realizar o isolamento social, pois precisavam trabalhar, mesmo que isto implicasse colocar sua saúde ou a saúde de seus familiares em risco. Muitos tiveram que interromper os estudos, devido ao isolamento social. Outros tiveram dificuldades para manter emprego e garantir sua subsistência. Acrescenta-se ainda o fato de viverem em regiões periféricas, com saneamento básico e moradia em condições precárias, que contribuiu para a propagação do vírus, ocasionando problemas de saúde e, na maior parte dos casos, perdas de vidas.

Estudo realizado ainda no início da pandemia, com 30 mil pacientes, em diferentes municípios brasileiros, mostrou que o aumento da taxa de letalidade estava relacionada a variáveis socioeconômicas, como escolaridade, pertencimento racial, etc. De acordo com este estudo, a taxa de letalidade era maior nas pessoas que não possuíam escolaridade

(71,3%) contra 23% que possuíam ensino superior, o que segundo estes autores pode estar relacionado a “diferenças de renda que geram disparidades no acesso aos serviços básicos sanitários e de saúde” (Batista et al, 2020, p.5). Ainda conforme este estudo, quando se relaciona os dados sociais com o pertencimento étnico racial, constata-se que a taxa de letalidade era maior nas pessoas de origem afro-descendentes do que em pessoas brancas, o que nos leva a perceber o enraizamento do racismo estrutural na sociedade brasileira e o quanto a pandemia, agudizou ainda mais as “injustiças sociais sofridas pelos afrodescendentes brasileiros, grupo que (...) integra, majoritariamente, as classes de EJA como estudantes”. (Nicodemos; Serra, 2020, p. 875)

Mas como os educandos expressam suas compreensões sobre os desafios e experiências vividos durante a pandemia? Alguns descrevem tanto a aprendizagem obtidas a partir da experiência vivida, quanto sinalizam os desafios decorrentes dos efeitos econômicos da pandemia. Uma das educandas afirma: “Aqui foi assim: meio difícil. Ficamos um bom tempo sem trabalhar, por causa da pandemia [...] meu marido pegou e ficou quase um mês parado em casa. Então ficou muito difícil para nós”. Outra relata dificuldades em manter a subsistência: “ Eu fui no mercado e não tive coragem de fazer a compra que eu estava pensando em fazer, porque quando chego lá os ovos estavam custando vinte reais” (educanda do Projeto Paranoá-Itapoã)

Desde o início da pandemia, muitos jovens e adultos que frequentavam a educação básica ou espaços não formais de educação, como o projeto Paranoá- Itapoã, enfrentaram problemas relacionados à manutenção de sua sobrevivência, com poucas expectativas de retorno aos estudos. Para amenizar tais efeitos alguns educandos tiveram que se reinventar, criando alternativas para superar as dificuldades de ordem financeira, como mostra o relato a seguir:

*Quando fechou os mercados eu tive que sair vendendo nas casas. Colocava a máscara, encaixava tudo na bicicleta e ia entregando tudo nas casas das pessoas. Tínhamos que produzir bem menos [...] A luta da roça é essa, é tratar para poder sobreviver, porque emprego mesmo é difícil depois dos 50. Dai a gente tem que se organizar onde a gente mora mesmo (educando do Projeto Paranoá-Itapoã).*

O educando acima é morador de área rural. Com a crise econômica agravada na pandemia, enfrentou dificuldades relativas à produção e distribuição dos produtos que cultivava no campo. A solução momentânea foi diminuir a produção e realizar a entrega dos produtos nas residências. Além da distância percorrida por meio de bicicleta, rompeu o

isolamento social arriscando-se a contrair o vírus, para garantir a subsistência da sua família. Outra educanda entrevistada alega não ter recebido auxílio do governo, embora se enquadrasse no perfil: “eu nunca consegui os auxílios do governo, mulher [...] Não consegui o vale gás, o bolsa família” Relatos como estes indicam que o agravamento da Covid-19 nas classes populares, poderia ter sido minimizado, se pudesse ter sido garantido o direito ao isolamento social, no entanto, como não puderam ter garantido este direito pelo Estado, tais segmentos da população ficaram mais expostos ao vírus, sofrendo de forma contundente os efeitos da crise sanitária, pois tiveram que continuar trabalhando e recriando suas formas de subsistência.

Segundo Nicodemos e Serra (2020) é necessário aprofundamos o debate sobre as marcas identitárias dos sujeitos da EJA, principalmente as relacionadas ao pertencimento de gênero, de classe, de origem regional e étnico-racial, dentre outros, pois é esta realidade que posiciona os sujeitos da EJA e da educação popular na condição de vulnerabilidade em relação aos efeitos da pandemia Covid 19, sofrendo não somente as conseqüências econômicas, quanto os efeitos da doença e seu tratamento.

Paulo Freire acredita que, durante a trajetória de vida, os homens e mulheres podem se deparar com barreiras que os impossibilitam de prosseguir. Os obstáculos e os desafios podem ser situações correntes da vida, próprias do contexto histórico em que estão inseridos. Tais barreiras e obstáculos são denominados por Freire de situação-limite. Segundo ele, neste momento, os indivíduos podem ter atitudes distintas diante deste cenário. Caso percebam que a barreira impede a caminhada, o indivíduo pode ter a atitude de aceitação, acomodação e paralisia. Mas se os sujeitos percebem, criticamente, e reconhecem a existência do obstáculo e que ele precisa ser transposto, eles podem desenvolver a atitude de encarar e superar.

De acordo com Freire, por meio da categoria situação-limite vislumbra-se que há algo novo, não conhecido e vivido na sociedade. No entanto, quando este “algo novo” se torna um “percebido e destacado”, ele passa a ser um tema-problema que poderá ser enfrentado e transformado. Quando perguntados sobre os motivos de se disporem a retomar os estudos e/ou permanecerem estudando mesmo em tempos de pandemia, os poucos que responderam reportaram ao desejo de continuar aprendendo e recuperar aprendizados que não foram desenvolvidos na juventude.

As entrevistas registram o quanto o período de pandemia foi marcado por experiências difíceis como o luto, a ansiedade, o sentimento de medo, a solidão e a impotência diante do vírus. Como já mencionado, os relatos mostram que muitas famílias não tiveram direito ao isolamento social e enfrentaram problemas para se manterem. Na tentativa de contribuir na superação do processo de desumanização, acentuado nos tempos pandêmicos, os educadores ligados ao CEDEP, buscaram desenvolver ações necessárias para superação desse contexto. Segundo Freire, essas ações são denominadas de atos limites, pois “se dirigem à negação do dado, da aceitação dócil e passiva do que está aí, implicando uma postura decidida frente ao mundo” (Freire, 1992, p. 206)

Essa realidade vivenciada em diferentes cotidianos provoca percepções diversas, como também o desafio de criar alternativas e ação de educadores(as) que trabalham em projetos de educação popular, como o CEDEP. Neste momento, muitos (as) educadores(as) têm nos princípios presentes na proposta educativa de Paulo Freire, nos(as) educandos(as) e nas causas da educação popular os motivos de continuarem a peleja. O inédito-viável é o novo, o que nunca aconteceu. É importante ressaltar que este conceito emerge, vinculado inicialmente à ideia de que André Nicolai defendeu como “soluções praticáveis despercebidas” (Freire, 1987, p. 107). Ou seja, não se tratava apenas de alcançar soluções prontas e imediatas, mas de vislumbrar a possibilidade de, ao atuar no mundo, transformá-lo. Nestes termos, inédito viável também pode ser relacionado às ideias de utopia e de sonho possível. Segundo Danilo Streck (2007, p.7):

Essa busca de inéditos-viáveis ou do sonho possível pode acontecer no cotidiano da sala de aula, na gestão de escolas ou de sistema de ensino, no trabalho com saúde pública, em movimentos sociais e em qualquer lugar onde se aceita a premissa de que o futuro não precisa ser a repetição do presente e que a educação tem um papel em projetar e construir este outro futuro. A educação, está certo, não tem o poder da economia, o voto dos políticos ou as armas do exército. Mas, paradoxalmente, para Freire, é nesta sua fraqueza que reside sua força. A palavra, quando unida à ação, tem um poder mágico.

Esta categoria é formulada mediante o diálogo entre consciência máxima possível, soluções possíveis, situação-limite e ato-limite. Esse diálogo ocorre porque há no ser humano a vontade de mudar, a curiosidade em fazer o diferente, e em saber o que tem mais adiante. Além disso, quando inserido em seu contexto social, encontra outros seres que também tem os mesmos anseios. Neste espírito, as atividades pedagógicas do CEDEP, com relação ao Projeto Paranoá Itapoã de alfabetização, foram retomadas, no início de 2021, por meio do ensino remoto. No entanto, para além do trabalho educativo, o CEDEP contribuiu

na arrecadação e distribuição de cestas básicas a famílias que estavam passando por situações de insegurança alimentar. Às educadoras coube o trabalho de arrecadar, organizar e distribuir as cestas básicas aos (às) educandos (as), tendo como requisito essencial para recebimento deste benefício ser matriculado no Cedep e ativo nas turmas. Outra ação realizada foi a distribuição de materiais impressos para realização de atividades educativas, como forma de complementar as instruções/orientações educativas que as educadoras enviavam por mensagens no WhatsApp, principalmente para os educandos que residiam na zona rural do Paranoá.

Neste período, o CEDEP também funcionou como centro de apoio e informações. As educadoras orientavam aos educandos sobre como obter o cadastramento no auxílio emergencial, do Cartão Gás e Prato Cheio<sup>iii</sup>, dentre outros benefícios sociais temporários. Três educandos mencionaram que por meio deste apoio obtiveram benefícios assistenciais fornecidos pelo governo, nas áreas de educação, alimentação e da saúde. Apoio semelhante também foi dado na turma preparatória para o Encceja, uma vez que a educadora responsável colaborou no repasse de informações relativas a este exame, dando suporte para as inscrições dos(as) educandos(as) que tinham dificuldades na inscrição do certame.

Com o início da vacinação, em fevereiro de 2021, e a progressiva diminuição no número de mortes por Covid-19, algumas educadoras sentiram-se mais seguras e passaram a lecionar presencialmente em suas residências a grupos de alfabetizandos(as), com maiores dificuldades de aprendizagem. Este atendimento presencial ocorreu em algumas turmas da região rural de Paranoá, conhecida como “Café sem Troco”. Para alguns educandos, este atendimento presencial contribuiu nos desafios advindos com o ensino remoto, uma vez que não possuíam efetivas condições para participar com qualidade nas aulas remotas, pois não tinham em suas residências espaço adequado para estudar, aparelhos eletrônicos e internet com boa qualidade, conforme estudo realizado por Santos (2021). Não obstante as dificuldades no acesso às tecnologias, muitas educadoras, seguiram mantendo contato por meio de WhatsApp com os educandos/as durante o período de isolamento social, como forma de motivá-los a prosseguir nos estudos e superar as dificuldades e incertezas advindas do período. Um dos educandos assim se manifestou:

*Foi um problema para todo mundo, mas uma área que me atingiu bastante foi pelo fato de eu morar sozinha, só com meus cachorros, o emocional ficou*

### *Percurso e desafios de educandos da educação popular em tempos de pandemia*

*abalado, ficar presa, sozinha e distante. Isso me afetou demais, mas foi só até eu conhecer a L.(educadora). Comecei a ter aulas online. Já que entrei nas aulas durante a pandemia, as aulas, mesmo a distância, me fizeram muito bem (educanda do Projeto Paranoá-Itapoã)*

Por meio do relato acima é possível perceber que a despeito das dificuldades advindas do isolamento social, os encontros educativos online e o acolhimento realizado ao longo deste período pelo CEDEP contribuíram para fortalecer o desejo de prosseguir nos estudos. O relato mostra que para além das aprendizagens, foi construída uma relação de amizade e companheirismo entre os educandos(as) e as educadoras, como indica o estudo de Drago (2020). Tal como sugere Reis (2011, p. 72) o acolhimento na EJA é fundamental na permanência nos estudos, sendo uma “condição ontológica a constituição do sujeito de poder e saber. Sobretudo, se considerarmos que o alfabetizando é um excluído dos bens da economia, da política, do saber, do sentido e do afeto”.

Em suma, as práticas mencionadas contribuíram para que os (as) educandos(as) atravessassem a pandemia, não se sentindo distantes do Projeto educativo que anteriormente participavam. Atividades educativas que são pertinentes à parceria Genpex/FE/UNB/CEDEP que em sua caminhada tem construído alguns aprendizados, dentre eles o de que “problema é para superar e não desistir; o aprendizado dos educadores de que é no coletivo que nos constituímos; e, por fim, o processo formativo dos estudantes de Pedagogia da UnB que acontece, fundamentalmente, na relação teoria-prática” (Vieira, Reis, Sobral, 2021, p. 321). O fato de não se saberem sozinhos (a), mesmo em meio a contextos tão incertos, como o que foi observado durante o período da pandemia de COVID-19, foi essencial para que os educandos fortalecessem os vínculos entre si e com as educadoras, o que contribuiu para a travessia sinuosa vivida durante a crise sanitária. Ações desta natureza situam a educação popular como locus de resistência, evidenciando a importância de ações educativas que ensejem o acolhimento, a escuta sensível e atenta sobre as realidades vivenciada, propiciando a resolução de situações-limites e a criação de inéditos viáveis em tempos de incerteza.

### **Considerações finais**

A pandemia Covid-19 trouxe à luz de forma incontestável as contradições ligadas às desigualdades sociais, econômicas, educacionais, étnicas e de gênero, o que nos impele, enquanto pesquisadores (a) a analisar este momento dramático, com vistas a buscar possíveis caminhos que assegurem o direito à vida e à dignidade. Dentre as desigualdades



destacam-se os problemas relativos ao ingresso e permanência à educação de qualidade, dificultado devido à distribuição desigual do acesso às tecnologias, sobretudo, a partir da implementação do ensino remoto. No entanto, no grupo dos educandos investigados, às questões de exclusão digital se agregou a luta pela sobrevivência econômica e pela vida, devido grande parte dos educandos serem pertencentes à classe trabalhadora e não terem garantido pelo Estado o direito de realizar o isolamento social, de forma digna e humana.

O presente artigo evidencia que em tempos de pandemia constituir espaços de troca, de acolhimento e de apoio mútuo são formas de minimizar o sofrimento humano, tornando possível a superação de situação-limites muitas vezes intransponíveis. Assim, os encontros virtuais, mediados por ferramentas simples de comunicação instantânea, mostraram-se instrumentos essenciais para o acolhimentos dos alfabetizandos da educação popular. Muitos educandos puderam usufruir do apoio do CEDEP, no tocante ao recebimento de informações essenciais, distribuição de alimentos e de materiais didáticos, uma vez que a atuação desta instituição não se restringiu apenas ao ensino da leitura e da escrita, mas envolveu ações que possibilitaram condições básicas para que pudessem seguir estudando e se fortalecessem em sua luta pelo direito à vida e à aprendizagem.

Considerando que no projeto Paranoá- Itapoã a dimensão do acolhimento é uma estratégia para romper o silenciamento que acompanha muitos estudantes da EJA, a pesquisa evidencia que a educação popular foi um dos espaços onde os educandos tiveram possibilidade de falar e de serem escutados, o que constituiu fonte de estímulo para continuarem persistindo nos estudos, mesmo em tempos tão incertos. Vislumbra-se nas categorias do inédito-viável e atos-limite um diálogo intenso com o contexto de pandemia e com a atuação dos educadores do CEDEP, o que nos indica que, apesar da crise econômica, política e sanitária, os sujeitos da educação popular seguiram exercitando o verbo esperar em suas práticas, inaugurando uma história aberta na perspectiva dos oprimidos, como nos ensinam Benjamim e Paulo Freire.

### Referências

BATISTA, Amanda et al. **Análise socioeconômica da taxa de letalidade da COVID-19 no Brasil**. Nota técnica 11/2020. Rio de Janeiro: Núcleo de Operações e Inteligência em Saúde - NOIS/PUC-RJ, 2020. Disponível em: <https://xdocz.com.br/doc/nt11-analise-descritiva-dos-casos-de-covid-19-283gkzml2n6> Acesso em: 06 fev. 2023.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**. Obras escolhidas. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Painel Coronavírus**: atualização de 28 de agosto de 2020. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>. Acesso em 14 dez 2022.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. **Orientações para a organização do trabalho pedagógico da Educação de Jovens e Adultos na rede pública de ensino do distrito federal**. Brasília, SEEDF, 2020. Disponível em: <https://www.educacao.df.gov.br/wp-conteudo/uploads/2020/06/orienta%C3%A7%C3%B5es-EJA.pdf>. Acesso em 02 fev. 2023

DRAGO, Larissa Silva do Nascimento. **A educação popular nos tempos de pandemia - a experiência da educadora popular Rosa - 48 fls**. Monografia (graduação) Pedagogia, Faculdade de Educação - FE, Universidade de Brasília (UnB). Distrito Federal. 2020.

FÉLIX, Letícia Araújo. **O direito à educação em contexto pandêmico**: análise das concepções de educandos jovens e adultos acerca do ensino remoto emergencial na educação popular. 12 Fls. (Iniciação Científica). Universidade de Brasília (UnB). Distrito Federal, 2022.

FÉLIX, Letícia Araújo. **Educação popular de jovens e adultos no CEDEP-DF**: recortes narrativos de superações durante a pandemia de Covid-19. 103 Fls. Monografia (graduação) Pedagogia, Faculdade de Educação - FE, Universidade de Brasília (UnB). Distrito Federal., 2022.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 37. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança**: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

GADOTTI, Moacir. Paulo Freire e a educação popular. **Revista trimestral do debate da FASE**, São Paulo, v. 31, n. 113, p. 21-27, jul/set, 2007

GAGNEBIN, Jeanne Marie Walter. **Benjamin ou a história aberta**. Prefácio a W. Benjamin. Obras Escolhidas I. São Paulo: Brasiliense, 1987

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 3 fev. 2023

JIMÉNEZ, Marco Raul Mejía. La Educación Popular: Uma construcción colectiva desde el Sur y desde abajo. **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**. Dossiê Educação de Jovens e Adultos; aprendizagem no século 21; diversidade de sujeitos que aprendem; aprender como prática social, vol 22, n. 62, jun/2014.

LOPES, Rosimeire A. Pereira ; VIEIRA, Maria Clarisse. Trilhas calcadas na pandemia: o ensino remoto e o novo normal na Educação de Jovens e Adultos no Distrito Federal. **Revista Cocar (ONLINE)**, v. 11, p. 1-18, 2022.

LÖWY, Michael. **A filosofia da história de Walter Benjamin**. *Estudos avançados*, 16 (45) • Ago 2002. Disponível em: • <https://doi.org/10.1590/S0103-40142002000200>. Acesso em 07 fev. 2023

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**. 11 ed. São Paulo: Hucitec, 2008.

NICODEMOS, Alessandra; e SERRA, Ênio. Educação de Jovens e Adultos em Contexto Pandêmico: entre o remoto e a invisibilidade nas políticas curriculares. **Currículo sem Fronteiras**, v.20, n.3, p. 871-892. UFRJ. set./dez. 2020.

OBSERVATÓRIO DOS DIREITOS HUMANOS. US: Address impact of COVID-19 on poor. Março, 2020. Disponível em: <https://www.hrw.org/news/2020/03/19/us-address-impact-covid-19-poor>. Acesso em 22 nov. 2021.

REIS, Renato H. dos. **constituição do ser humano: amor-poder-saber** na educação/alfabetização de jovens e adultos. Campinas (SP): Autores Associados, 2011.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A cruel pedagogia do vírus**. Coimbra: Almedina, 2020.

Distrito Federal. 2021. Disponível em: <https://bdm.unb.br/handle/10483/29161>. Acesso em: 27 jun. 2022.

SANTOS, Mônica Pinto Gama dos. **Educação/alfabetização popular de adultos e idosos no Paranoá/Itapoã**: da aprendizagem presencial à aprendizagem remota. 2021. 89 p. Monografia (graduação) Pedagogia, Faculdade de Educação - FE, Universidade de Brasília (UnB). Distrito Federal. 2021.

STRECK, Danilo. Algumas lições do mestre. **Revista do Instituto Humanistas**. Unisinos: São Leopoldo/RS, ano VII, n. 223, p.6-8, junho de 2007

Thiollent, Michel . **Metodologia da pesquisa-ação**. SP: Cortez, 1985.

VIEIRA, Maria Clarisse.; REIS, Renato Hilário.; SOBRAL, Julieta Borges L. **Educação de jovens e adultos como ato de amor, poder e saber**. Brasília: DEG/UnB, 2015.

VIEIRA, Maria Clarisse; SOBRAL, Julieta Borges Lemes; REIS, Renato Hilário dos . Singularidades da educação popular do Paranoá-Itapoã (DF): uma construção entre Universidade de Brasília e Movimento Popular Organizado. **Revista Educação & Emancipação**, v. 14, p. 303, 2021

VIEIRA, Maria Clarisse; PINTO, Luciana Oliveira. Formação de educadores populares a partir de parceria entre universidade e movimentos sociais. **Interfaces da educação**, v.9, n. 26, p.246-249, 2018.

## Notas

---

<sup>i</sup> A Pesquisa foi desenvolvida com a participação das estudantes Letícia Araujo Félix e Fernanda Pires Cardoso, que à época realizavam iniciação científica.

<sup>ii</sup>Os sujeitos participantes assentiram a sua participação em termo de livre consentimento esclarecido, concordando em ceder os dados produzidos nesta pesquisa, sendo preservadas, no entanto, suas identidades. A coleta de dados referente aos educandos (a) foi realizada por Letícia Araújo Félix, que integrava a equipe do projeto de pesquisa e desenvolvia, à época, projeto de iniciação científica sob orientação da autora do artigo.

<sup>iii</sup> Cartão Gás e Prato Cheio são benefícios sociais concedidos pelo Governo do Distrito Federal.

## **Sobre a autora**

### **Maria Clarisse Vieira**

Professora associada da Faculdade de Educação e do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade de Brasília . É Pedagoga com mestrado em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia (2000) e doutorado em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais (2006). Pós-doutorado na Universida Playa Ancha, Chile. Coordenadora do Grupo Esperançar: Estudos e pesquisas em educação popular, educação de jovens e adultos e suas diversidades. Email: [mariaclarissev@gmail.com](mailto:mariaclarissev@gmail.com) Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5924-0488>

Recebido em: 28/04/2024

Aceito para publicação em: 15/05/2024